

TÍTULO DO TRABALHO			
O PARADIGMA DO ANTIPODER: revolução em tempos de Internet			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Silvia Ramos Bezerra	Círculo de Estudos da Ideia e da Ideologia	CEII	Pesquisadora
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Os eventos políticos de junho de 2013 no Brasil e tantos outros que os antecederam em dezenas de países pelo mundo nos últimos anos surpreenderam as análises sociais mais atualizadas. Apesar disso, diante da constatação da existência de um estreito círculo de teorias críticas sobre a Internet e em face da complexidade da luta revolucionária anticapitalista no mundo contemporâneo, é preciso (re)conhecer as potencialidades políticas imiscuídas no universo publicitário da Internet para a construção do espaço público oposicional. Com efeito, a teoria social de John Holloway, com os livros, <i>Mudar o mundo sem tomar o poder</i> (2003) e <i>Fissurar o Capitalismo</i> (2013) são os eixos de nossa compreensão do tipo de emancipação social promovida pelo ciberativismo e a base fundamental do que denominamos paradigma do antipoder, paradigma este que apresentaremos nesta oportunidade.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Ciberativismo; John Holloway; Crítica do Valor			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The political events of June 2013 in Brazil and many others events that came first dozens of countries around the world in recent years have surprised the most social analysts. Nevertheless, given the finding of a narrow circle of critical theories on the Internet and in consideration of the complexity of the anti-capitalist revolutionary struggle in the contemporary world, we need to (re) discover the underlying political potential in the public universe of the Internet to build an oppositional public space. Indeed, social theorist John Holloway with the books <i>Change the world without taking power</i> (2003) and <i>Crack Capitalism</i> (2013) are the axes of our understanding on this kind of social emancipation promoted by cyberactivism and the fundamental basis of what we call paradigm of antipower, a paradigm presented in this paper.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Ciberactivism; John Holloway; Value Critique			
EIXO TEMÁTICO			
1. Teoria do valor e antagonismo social			

O PARADIGMA DO ANTIPODER: revolução em tempos de internet

Silvia Ramos Bezerra¹

O problema da construção de um processo político revolucionário alicerçado na Internet foi tratado de maneira analítica no debatido texto de Malcom Gladwell, *A revolução não será tuitada*, paráfrase do vídeo *A revolução não será televisionada*, para quem o ciberativismo é uma:

[...] forma de organização que favorece as conexões de vínculo fraco que nos dão acesso a informações, em detrimento das conexões de vínculo forte que nos ajudam a perseverar diante do perigo. Transfere nossas energias das entidades que promovem atividades estratégicas e disciplinadas para aquelas que promovem flexibilidade e adaptabilidade. Torna mais fácil aos ativistas se expressarem e, mais difícil, que essa expressão tenha algum impacto. Os instrumentos de redes sociais estão aptos a tornar a ordem social existente mais eficiente. Não são inimigos naturais do *status quo* (2010).

A tese principal do texto é a de que uma conexão humana forte somente é possível diante da presença física dos indivíduos. Esta presença é o que garante o estabelecimento dos laços e vínculos sociais fortes e é a única garantia da “perseverança” dos ativistas diante da iminência dos “perigos próprios de uma militância” (enfretamento físico contra a polícia, prisões, destruição de reputações, entre outros).

Incapazes de conseguir formar tais vínculos, as redes sociais conseguem apenas criar um tipo de militância que não exige “sacrifícios pessoais reais”, uma vez “essa estrutura torna as redes imensamente flexíveis e adaptáveis a situações de baixo risco” (2010).

Assim, o autor de *A revolução não será tuitada* reforça o velho adágio do marxismo ortodoxo: a necessidade de uma vanguarda que organize o processo revolucionário. Daí sobrevém esta crítica ao tipo de ativismo resultante de laços de solidariedade militante fomentados pelo contato virtual. Para o autor, o principal inconveniente do ciberativismo para uma práxis realmente emancipadora seria o caráter não-hierárquico, aberto e conselhistas, qualidades próprias do regime das redes.

Carecendo de uma estrutura centralizada de liderança e de linhas de autoridade claras, as redes encontram dificuldades reais para chegar a consensos e estabelecer metas. Não conseguem pensar de modo estratégico; são cronicamente propensas a conflitos e erros. Como fazer escolhas difíceis sobre táticas, estratégias ou orientação filosófica quando todo mundo tem o mesmo poder? (GLADWELL, 2010, grifo nosso).

¹ Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. E-mail: silviaramosbezerra@hotmail.com.

O incômodo sentido por Gladwell pode ser o mesmo atestado por Holloway após a publicação de *Mudar o mundo sem tomar o poder*: a construção de um projeto de práxis que prescindia da hierarquização, institucionalização e do cupulismo, que subjaz à noção de vanguarda revolucionária, é a grande novidade, mas também o grande desafio do paradigma do antipoder.

No contexto das novas tecnologias da comunicação e da informação, a questão posta é: de que forma cada um destes movimentos políticos que usam estratégias ciberativistas, tão díspares e particulares, podem ser compreendidos pelas conceituações propostas pelo que chamamos de paradigma do antipoder?

A resposta menos óbvia passa por definirmos como, individualmente, cada um destes movimentos se articulou como uma luta antipoder e antivalor, para retomarmos o debate teórico proposto em *Mudar o mundo sem tomar o poder* e *Fissurar o capitalismo* que apresentamos nesta pesquisa.

Até 2011, as mobilizações de massa dos indignados na Espanha, os enormes protestos anti-austeridade na Grécia, bem como a ressonância global do movimento *Occupy* haviam demonstrado inequivocamente que formas autônomas de autoorganização horizontal e os modelos de democracia direta de tomada de decisão tinham substituído em grande parte a esquerda tradicional como a principal fonte de resistência à ofensiva capitalista em nossa dignidade humana - e, de fato, em nossas próprias vidas. Onde há uma década um livro como “Mudar o mundo sem tomar o poder” ainda podia ser considerado “polêmico”, hoje as idéias centrais de “Fissurar o capitalismo” são todas tomadas como certas por uma nova geração de ativistas e cidadãos politicamente engajados envolvido em lutas anticapitalistas por todo o mundo (HOLLOWAY, 2013b, grifo nosso).

A emergência da *Primavera Árabe* em 2011 é, sobremaneira, surpreendente, se considerarmos o contexto de seu despontar: em meio a regimes ditatoriais históricos, fundamentalismo religioso, com o islamismo radical, e o fundamentalismo econômico, com os pactos entre governos e grandes corporações internacionais (como as de exploração de petróleo e de pedras preciosas).

A proliferação de manifestações organizadas pela Internet, com centenas de milhares de participantes e com resultados políticos incertos, evidencia que as batalhas ciberativistas por direitos se constituem, substancialmente, como parte da luta primordial do antipoder que se dirige à busca por garantir dignidade humana.

A guinada ultraconservadora ocorrida em muitos países da *Primavera Árabe* tem imprimido um “gosto amargo” nas análises críticas que se propõe a pensar o processo de formação política e de construção de uma práxis emancipadora nos países islâmicos. Contudo, para Holloway, é o caráter imagético destas revoltas que interessa ao fomento das lutas que buscam *fissurar ao capitalismo*: a revelação, nem que seja momentânea, de que um outro mundo é possível:

Frequentemente tais explosões são vistas como fracassos, porque não levaram a uma mudança permanente. (...). Como lampejos ou um raio, elas iluminam um mundo diferente, um mundo criado, talvez apenas por algumas horas, mas a impressão que permanece em nosso cérebro e em nossos sentidos é a de uma imagem do mundo que podemos criar (e criamos). O mundo que ainda não existe se mostra como um mundo que existe como ainda-não” (HOLLOWAY, 2013a, p.32-33).

Com relação aos *Indignados* espanhóis é preciso retomarmos a metáfora do hollowayana do *grito* para compreender toda a negação contida na expressão “Democracia real já!”². Os *Indignados*, por meio de um *grito* semelhante ao *Basta!* zapatista, apresentam uma recusa derradeira ao *status quo*, pois estabelecem neste *já* uma nova forma de impor um desejo por dignidade humana em face da crise econômica.

O *já* é a constatação desta falência, que não está localizada num país, ou no regime de estado-nação; ou num governo, porque este ainda está a realizar políticas paliativas apenas para sua manutenção no poder; ou no mercado capitalista, que continua “sugando” o pouco que resta; mas esta falência significa a bancarrota das famílias espanholas que passam a reconhecer que o desemprego crescente e o desmonte das conquistas trabalhistas e sociais obtidas há décadas é o verdadeiro preço a pagar pela crise capitalista.

Além desta profusão de uma negação sistêmica, expressa nas palavras de ordem de “abaixo capitalismo” ou “toma a praça”, os *Indignados* apresentam um novo modo de práxis e engajamento: a criação do partido *Podemos*.

A originalidade da proposta do *Podemos* está na criação de um modelo de partido político que se articula como um partido-movimento, em visível conquista do espaço deixado pela política partidária eleitoral tradicional. O *Podemos* não esconde sua estreita veiculação com ferramentas políticas de conexão da Internet, pois estas não são mero suporte para ações e eventos políticos ou mesmo para a promoção do debate de pautas, mas também funcionam como um mecanismo de arrecadação de autofinanciamento para as campanhas, o crowdfunding³.

Esta migração para o *partido-movimento* como instrumento de luta revolucionária antipoder é o resultado da incapacidade do Estado, principalmente em momentos de crise, de não corresponder às demandas dos protestos de rua.

Como analisa Holloway:

E eu acho que mais e mais pessoas estão sendo forçadas a reinventar sua política ou reinventar as suas idéias sobre política, tanto em termos de protestos -, mas também acho que em termos de criação de alternativas. Se o sistema não tem espaço para nós, se o sistema simplesmente deixa 50% dos jovens desempregados, se os benefícios estatais são cortados, se o Estado se recusa absolutamente a

² Um dos motes dos *Indignados*.

³ *Crowdfunding* é a prática de financiar um projeto por meio de contribuições financeiras de um grande número de pessoas, normalmente através da Internet.

negociar, se a polícia se tornar mais repressiva, então eu acho que nós não somos obrigados a somente pensar formas criativas de protesto, mas também formas de como realmente sobreviver e como podemos realmente criar formas alternativas de viver. E vemos que muito em Espanha e na Grécia, onde as coisas estão indo nessa direção (HOLLOWAY, 2014).

Surpreendentemente, nesta direção encontramos as propostas de uma política antipoder numa perspectiva institucional com o partido *Podemos*, nascido e desenvolvido como uma iniciativa ciberativista dos *Indignados*:

Protagonismo popular. Isso é o que promete o Podemos, nova iniciativa política lançada (...) na Espanha, país cuja população sofre desde a eclosão da crise com o aumento vertiginoso do desemprego e da pobreza. Intelectuais e membros de movimentos sociais disseram que se trata de um novo método participativo, pensado para “transformar a indignação em mudança política”. A principal plataforma de diálogo e construção da proposta? A internet (TERRA, 2014, grifo nosso).

No caso do *Occupy Wall Street*, o movimento teve um forte caráter anárquico, já que o regime de ocupação foi sempre não-hierarquizado e o modo de convocação pública realizado por um coletivo de intervenção político-artística baseado na Internet (o *Adbuster*).

Apesar do simbolismo que o *Occupy* representou, não havia na ocupação um conteúdo programático claro. É o que afirma Zizek, para quem deve-se “resistir precisamente a uma tradução apressada das energias das manifestações para um conjunto de demandas programáticas concretas” (ZIZEK, 2012, p.12). Isto quer dizer que nestes movimentos políticos sempre há que se evitar uma “captulação estratégica” em face de uma pauta, já que tudo que pode ser apresentado como reivindicação também poderá sofrer reversão.

É preciso, assim, localizar o interesse mais profundo por tras destas manifestações: a luta anticapitalista. O *Occupy*, pois, “deve ser, com um gesto formal de rejeição mais importante do que um conteúdo positivo – somente um gesto assim abre espaço para um conteúdo novo” (ZIZEK, 2012, p. 23).

Os eventos de Wall Street devem ser compreendidos, como o faz Zizek, à luz de uma negativa também das possibilidades da democracia liberal.

Mudanças radicais nesse quesito deveriam ser realizadas fora da esfera dos direitos “legais”, etc.: em procedimentos “democráticos” (que é claro, podem ter um papel positivo), não importa quão radical seja o nosso anticapitalismo, busca-se a solução na aplicação dos mecanismos democráticos – os quais, não podemos esquecer, são parte do aparato estatal “burguês” que garante o tranquilo funcionamento da reprodução capitalista (ZIZEK, 2012, p. 23).

Esta perspectiva de análise é também assumida pelo pensador social e ativista David Graeber em seu estudo sobre democracia na América, que apresentamos acima. Graeber, tendo participado

das ocupações em Wall Street, percebeu claramente que os eventos não tinham raízes em nenhuma outra tradição na história da democracia americana, inclusive o modelo de sua efetivação significou um instante de ruptura com esta história. Como afirma ele, para a maioria dos americanos, a democracia é em última instância uma abstração, um ideal, não algo que pode ser experimentado, pois

[...] é por isso que tantos, quando começaram a participar nas assembleias gerais e outras formas de tomada de decisão horizontal empregados no Occupy, sentiram (...) como se todo o seu sentido do que era possível politicamente havia se transformado numa noite (GRAEBER, 2013, p. 17, tradução nossa).

Para o paradigma do antipoder, a recusa da aceitação da ideologia hegemônica da participação popular institucional, pilar da democracia liberal, que muito se sustenta na idéia de interação da ciberdemocracia, deve estar presente nos movimentos semelhantes ao *Occupy*.

Mas o movimento Occupy faz articular uma solução: ao ocupar, através da construção de formas de democracia direta, através da criação de diferentes modos de se relacionar um com o outro. Essa é a única solução possível. Talvez eles queiram dizer que o movimento Occupy deve definir sugestões para reconstruir o capitalismo, possivelmente para fazer um capitalismo mais justo. Mas por que deveríamos articular sugestões para reconstruir um sistema que, mesmo nas suas versões mais atraentes (Bolívia, Venezuela, talvez), constitui um ataque contra a humanidade e contra as condições da existência humana?(HOLLOWAY, 2012, tradução nossa).

As raízes históricas da articulação de movimentos sociais pela Internet, que tiveram destaque em junho de 2013 no Brasil, também apontam no sentido de estar em curso uma inovadora experiência de aproximação de lutas sociais emancipadoras: o Fórum Social Mundial.

Nos anos 1990 e 2000 houve uma desta intensa politização dos movimentos sociais no Brasil por meio do Fórum Social Mundial, o que possibilitou novas reflexões sobre as potencialidades suscitadas pela Internet, como argumenta De Moraes:

Joëlle Palmieri, presidente da Penélopes, um coletivo feminista atuante na *Web*, resumiu o consenso alcançado nos debates de Porto Alegre sobre o chamado ciberativismo digital: “Com a tomada de consciência sobre a importância da Internet para a difusão das reivindicações comunitárias, não precisamos mais nos isolar no gueto da contrainformação alternativa, e sim buscar novos modelos de trocas comunicacionais e de produção de informações afins com a ideia de se construir uma outra mundialização (DE MOARES, 2001).

Neste sentido, não foi gratuito o fato de que o principal deflagrador dos protestos no Brasil, o MPL, tenha encontrado no Fórum Social Mundial (2005) a oportunidade para unificar os diversos coletivos regionais de luta pelo transporte público. Contudo, e apesar disso, os anos seguintes no Brasil vão revelar um intenso processo de descrédito das formas tradicionais de agir político.

Assim, as *Jornadas de Junho* no Brasil apresentam algumas singularidades: ao mesmo tempo que foram desencadeadas por um movimento social, no transcurso dos acontecimentos, “as vozes das ruas” demonstraram um descontentamento com as esferas tradicionais de luta, o que significava rechaçar organizações, movimentos sociais e partidos políticos.

Os gritos de “sem partido” que foram tomando os protestos em todo o país devem ser ressignificados no contexto de uma crise institucional da política representativa da democracia liberal brasileira. Ao nosso ver, isto revela um estado de desilusão diante fracasso propositivo das políticas progressistas, o que mesmo governos mais populares não tem conseguido alterar.

Os movimentos dos Indignados e os Occupy são parte da mesma explosão de cansaço e raiva. Temos aceitado este sistema que está nos matando por tanto tempo, mas já basta! É o grito da revolta zapatista de 1994 que está ecoando em um lugar após o outro. Basta! O sistema representativo é parte deste sistema obscuro, não faz nada para mudá-lo, só dá mais força. A desilusão segue na eleição de qualquer governo “progressista” (Lula, Dilma, os Kirchner, Obama), abre nos melhores casos outras perspectivas, as pessoas percebem que a mudança não pode ser feita por meio do Estado e começam a pensar na política de outra maneira (HOLLOWAY, 2013c, grifo nosso).

Porém, para além dos oportunismos políticos de ocasião que somente servem como tentativa de reversão do sentido histórico das rebeliões, os eventos em junho de 2013 no Brasil servem para mostrar que está em curso um processo único de recusa ao sistema econômico e que urgem *fissuras ao capitalismo* que se articulem concretamente em projetos políticos autogestionários, horizontais e pautados pela luta anticapitalista.

Uma constatação sociológica desta recusa pode ser observada nos dados apresentados pelo jornal *O Globo* e obtidos por meio de um *software* de estatística espacial⁴ que apontam que existe uma relação entre a abstenção/votos nulos e brancos na eleição presidencial brasileira de 2014 e as manifestações nas cidades em 2013: “a alta proporção de brancos/nulos coincide, em boa parte dos casos, com áreas nas quais as manifestações de junho de 2013 foram mais intensas, caso especial do Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul” (LIMA; VASCONCELOS, 2014).

Este resultado estatístico reforça a nossa argumentação: o descrédito com política democrática eleitoral é forte componente dos protestos brasileiros. Como afirma Safatle:

Há algo em comum: todos estes movimentos são feitos à margem de partidos. As estruturas partidárias – pelo menos as grandes – não têm mais força alguma para mobilizar as pessoas. E os pequenos partidos cobram caro pela mobilização: um tipo de adesão que acredito que boa parte dos jovens não está disposta a dar, pelas melhores razões. Eles não querem virar instrumentos para uma lógica partidária. Essas mobilizações se fazem em torno de temas: você se organiza para certos objetivos, cria estruturas ou fóruns ligados a eles; depois, eles se dissolvem. É bem provável que isso seja cada vez mais utilizado (SAFATLE, 2012)

⁴ Isto significa levar em conta a distribuição geográfica dos votos no primeiro turno nos mais de 5,5 mil municípios.

Holloway, em face dos protestos no Brasil que questionaram as tarifas dos transportes públicos e os gastos públicos na construção dos estádios para a Copa do Mundo, ao ser questionado sobre como as cidades podem ser um campo de produção de *fissuras no capitalismo*, respondeu:

Começa com as tarifas de transportes públicos ou gastos públicos, ou corrupção ou destruição de um parque – como em Istambul –, mas o que explode é realmente uma raiva contra um mundo obscuro, um mundo de injustiças grotescas, de violência que ultrapassa a compreensão, de destruição sistemática da natureza, um mundo que nos ataca em nossos interesses, mas que também nos insulta como seres humanos. Essas explosões que temos visto nos últimos meses ocorrem mais facilmente em cidades onde a obscenidade do sistema se impõe de forma muito agressiva. Mas o grande desafio é como ir construindo espaços para um mundo não obscuro, que vão contra e para além do capitalismo. Esta luta por um mundo digno é o que chamamos normalmente vida, ou amor, ou revolução (HOLLOWAY, 2013).

Assim, durante toda a segunda década do século XXI, assistimos a emergência de movimentos globais de contestação do modelo estatal e do sistema capitalista, como a *Primavera Árabe* no Oriente Médio, *os Indignados* na Espanha, o *Occupy* nos Estados Unidos e as *Jornadas de Junho* no Brasil. Como vimos, o principal fator de aproximação destes está no uso articulado dos mecanismos de conexão em rede e nas tecnologias de comunicação em geral. Mas não só.

Diante deste cenário, resta instaurarmos um processo de compreensão de novos caminhos para a práxis no mundo contemporâneo, de onde sobrevém a importância destas novas conceituações, como as que estudamos nesta oportunidade.

Neste sentido, e a partir deste arcabouço, foi possível reunir elementos para que possamos compreender o ciberativismo e seu modo de representar uma luta por emancipação e dignidade humana diante dos desafios postos ao mundo contemporâneo (crises econômica e ambiental, enfraquecimento da democracia representativa, fracasso das políticas sociais de partidos de esquerda subsidiados por desenvolvimentismo econômico).

Resta afirmarmos que o conceito de ciberativismo, inserido no contexto de uma *esfera pública oposicional*, se articula como o novo formato do ativismo político na atualidade, e como não poderia deixar de ser, como afirmava Adorno para quem a “a forma é o conteúdo sedimentado”, a nova forma do ativismo corresponde precisamente à um tipo específico de conteúdo político também: a forma histórica que expressa seu conteúdo. Daí a importância de termos compreendido as origens da cultura política presente no processo de desenvolvimento da própria rede e sua articulação com o vanguardismo.

O ciberativismo muito mais do que um modo inaugural de fazer uso da Internet (e suas maravilhas de conexão) acabou por designar um modo de fazer (e ser!) política, cujo mote é o de

construir projetos de emancipação que contemplem um outro mundo livre do fetichismo da mercadoria e de suas consequências sociais.

Acrescenta-se também o debate em torno da obra *Fissurar o capitalismo*, onde o autor promove a elaboração de uma crítica do valor que toma as atuais crises econômicas e ambientais como estopim para que possamos construir um projeto político emancipatório, *fissurando o capitalismo*, por meio do que chamou *método da fissura* (método dialético, de uma dialética negativa, que afirma que a força para a práxis revolucionária deve vir deste sentimento de inadequação que os indivíduos experimentam nas sociedades capitalistas contemporâneas).

Destacamos as principais influências da teoria do antipoder de Holloway para os movimentos ciberativistas: a negação contínua da opressão por meio do *grito*, da afirmação de um *bastar!*; a recusa do partido político como única instância representativa das pautas de movimentos sociais e coletivos de luta; não situar todo o processo revolucionário do Estado; a necessidade de autogestão nos movimentos sociais; a importância das ferramentas de conexão para a construção/organização dos projetos e estratégias de luta dos movimentos sociais.

Ao apresentar os principais eventos políticos articulados pela Internet ocorridos, representativos de uma onda intensa de protestos e insurreições políticas ocorridas no mundo entre 2010-2013 (*Primavera árabe*, nos países do Oriente Médio; Os *Indignados*, na Espanha, representando os protestos europeus; o *Occupy* nos Estados Unidos; e por fim as *Jornadas de Junho* brasileiras, representando a América Latina), buscamos discutir o impacto político que estes fatos sociais desencadearam, mas principalmente, compreender a similaridade que liga estas revoltas tão díspares: o uso extensivo, popular e engajado das ferramentas políticas de conexão em rede em enfrentamentos contra sistemas econômicos, regimes políticos, instituições, mercados e governos.

À luz do paradigma do antipoder (com base numa combinação particular da crítica do fetichismo na Nova Crítica do Valor com o modelo revolucionário horizontalizado e democrático de John Holloway) o intento foi compreender o que realmente existe de revolucionário (no sentido de ruptura com o capital) nos movimentos ciberativistas para contribuir para a formação de um arcabouço teórico capaz de servir de auxílio na edificação de projetos políticos realmente emancipadores.

Como vimos, para efeito, restou-nos discutir outra importante reflexão sobre o problema da construção da política revolucionária por meio da Internet. Assim, por esta razão, discutimos o texto de Malcom Gladwell *A revolução não será tuitada* que afirma existir na Internet muito pouca efetividade na edificação de uma práxis emancipadora.

Ao nosso ver, ao voltarmos-nos a este texto, estamos respondendo à toda uma tradição marxista que foi historicamente incapaz de aceitar um forma de práxis emancipadora não-hierárquica, aberta e estruturada numa gestão conselheira. Esta mesma dificuldade pode ser

observada quando se trata do regime das redes de conexão. Pois, a Internet somente tem permitido a construção de um projeto de práxis que prescindia da hierarquização, institucionalização, própria do modelo de revolução do antipoder.

A questão da possibilidade de revolução, no mundo contemporâneo, perpassa compreendermos as perspectivas futuras que se apresentam: a primeira delas, é, sem dúvida, a perspectiva de uma crise ecológico-econômica que se define pela incapacidade ambiental de manutenção do capitalismo, pelo fim dos combustíveis fósseis e pelas consequências do aquecimento global; a segunda perspectiva diz respeito aos limites evidentes da democracia representativa, diante do fracasso cada vez mais visível das saídas políticas democráticas e da ascensão de partidos conservadores.

Este estado de coisas tem feito “soar os sinos” da urgência revolucionária e impactado fortemente na construção de alternativas que realmente representem saídas emancipadoras. Este número impressionante de revoltas pelo mundo, os seus resultados incertos, e muitas vezes até contraditórios (pois em muitos lugares a derrubada de ditadores representou a ascensão ao poder de regimes ainda mais violentos e encrudecidos) certamente não tendem a arrefecer. E sim revelam que esta urgência pela construção de um projeto político que garanta a dignidade humana (como na afirmação zapatista) já é sentida tanto pelos movimentos sociais, por militantes e por ativistas, como para as pessoas comuns no cotidiano aterrador do sistema capitalista experimentado de maneira cada vez mais dura nas cidades pelo mundo com uma tendência de piora a longo prazo, diante dos cenários de crises econômicas e ambientais.

Se a saída ainda parece distante, convém, como foi a tentativa desta pesquisa, retomarmos as esperanças e energias utópicas que as vanguardas artísticas legaram para a Internet e, embalada em suas promessas, construir nossas próprias utopias cibernéticas que sejam projetos tecnológicos futuros para a superação da mercadoria e de seu fetichismo.

Este horizonte de análise certamente não se esgota nessa proposta. O caminho para refletirmos sobre como estas novas tecnologias que hoje funcionam de maneira a reforçar o sistema que buscamos combater podem conter em germe sua destruição ainda está para ser trilhado. Os desafios científicos e políticos que esta empreitada apresenta são grandes, mas devem ser enfrentados para que a teoria possa, enfim, “dar as mãos”, como os militantes nas ruas de Seattle em 1999, à prática para que juntos possamos alcançar o verdadeiro sentido da práxis como propôs um velho pensador de um tempo ainda analógico: Karl Marx.

Esta é a condição para uma luta antipoder pelo empoderamento político de todos, esta é uma luta cibercomunista pelo nascimento de um comunismo digital, esta é uma luta anticapitalista pela edificação de uma sociedade em equilíbrio, entre os homens e o planeta.

Referências

- GLADWELL, M. A revolução não será tuitada. Observatório da Imprensa. n. 620, 2010. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a-revolucao-nao-sera-tuitada>. Acesso em: 02 dez. 2014.
- HOLLOWAY, J. Del grito de rechazo al grito de poder. In: _____. BONEFELD, W. GUNN, K R. (eds.). Open Marxism, Vol. III: Emancipating Marx, London: Pluto Press, 1995.
- _____. La Revuelta de la Dignidad. **Chiapas**. Chiapas-México, n. 5, p. 7-40, 1997.
- _____. **Mudar o Mundo Sem Tomar o Poder: O Significado da Revolução Hoje**. 1ª Ed. São Paulo, Viramundo, 2003.
- _____. **Zapatismo Urbano**. *Humboldt Journal of Social Relations*, Ano 29, n. 1, p. 168-178, 2005. Disponível em: <http://schoolsforchiapas.org/wp-content/uploads/2014/03/HollowayZapatismoUrbano.pdf>. Acesso em: 29 set. 2014.
- _____. Autonomismo Negativo y Positivo. In: _____. MATAMOROS, F. TISCHLER, S. (coord.). **Negatividad y Revolución: Theodor W. Adorno y la Política**. Buenos Aires y UAP Puebla: Herramienta, 2007.
- _____. Mayo 1968 y la crisis del trabajo abstracto. Buenos Aires: **Herramienta**, n. 38, p. 43-51, 2008. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-38/mayo-1968-y-la-crisis-del-trabajo-abstracto>. Acesso em: 15 set. 2014.
- _____. **Entrevista com John Holloway**. Revista Sinal de Menos, Ano 1, n.1, 2009. Entrevista concedida ao Grupo Fim da Linha.
- _____. MATAMOROS, F. TISCHLER, S. Why Adorno? In: **Negativity and Revolution: Adorno and Political Activism**. London: Pluto Press, 2009.
- _____. Teoría Volcánica. MATAMOROS, F. TISCHLER, S. (coord.). **Movimientos sociales y reflexión crítica**. Buenos Aires y UAP, Puebla: Herramienta, 2010.
- _____. **Doze teses sobre o antipoder**. Trad. Daniel Cunha, 2011. Disponível em: <http://www.deriva.com.br/?p=43>. Acesso: agosto/2014.
- _____. Preoccupying: John Holloway. **The Occupy Times**. 03 Jul. 2012. Entrevista concedida a Occupied Times. Disponível em: <http://theoccupiedtimes.org/?p=5752>. Acesso: 28 set. 2014.
- _____. **Fissurar o capitalismo**. Tradução de Daniel Cunha. São Paulo: Publisher Brasil, 2013a.
- _____. John Holloway: "Não há modelos ou programas de como sair do capitalismo". **Revista Caros Amigos**. São Paulo, 05 Dez. 2013b. Entrevista concedida a **Rafael Zanvettor**. Disponível em: <http://www.carosamigos.com.br/index.php/politica/3741-john-holloway>. Acesso em: 15 set. 2014
- _____. John Holloway: "Nossa força depende da capacidade de dizermos não". **Revista Fórum**. 09 out.2013. Entrevista concedida a Adriana Delorenzo. Disponível em <http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/10/nossa-forca-depende-da-capacidade-de-dizermos-nao/>. Acesso em: 25 set. 2014.
- _____. John Holloway: cracking capitalism vs. the state option. **ROAR Magazine**. 29 set.2014. Entrevista concedida a Amador Fernández-Savater. Disponível em: <http://roarmag.org/2014/09/john-holloway-cracking-capitalism-vs-the-state-option/>. Acesso em: 02 dez. 2014.

LIMA, D. VASCONCELLOS, F. Cerca 15% dos municípios concentram metade dos votos brancos/nulos. **O Globo**, Rio de Janeiro. 23 out. 2014 Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/base-dados/posts/2014/10/23/cerca-15-dos-municipios-concentram-metade-dos-votos-brancos-nulos-552978.asp>. Acesso em: 02 dez. 2014.

SAFATLE, V. **Safatle: juventude perdeu o medo do capitalismo**. Opera Mundi, São Paulo, 04 jul. 2012. Entrevista concedida a Beatriz Macruz, Guilherme Zocchio e Rute Pina. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/samuel/36311/safatle+juventude+perdeu+o+medo+do+capitalismo.shtml> Acesso em: 20 nov. 2014.